

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.457.897 - AL (2019/0061294-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : EDIMAR DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por EDIMAR DA SILVA contra decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 129):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO. REJEITADA. A FUNDAMENTAÇÃO, EMBORA SUCINTA, REVELOU-SE BASTANTE PARA O EXERCÍCIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. APONTAMENTO DA MATERIALIDADE DELITIVA E DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE SUA AUTORIA. REFERÊNCIA AOS DEPOIMENTOS COLHIDOS NO PROCESSO E NÃO ACOLHIMENTO DA TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. PRONUNCIAMENTO JUDICIAL VÁLIDO. PEDIDO MERITÓRIO DE RECONHECIMENTO DE LEGÍTIMA DEFESA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA. CADERNO PROCESSUAL SUFICIENTE A INDICAR A PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DA AUTORIA DOS FATOS SUPOSTAMENTE CRIMINOSOS. PRONÚNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. UNANIMIDADE.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 143/149), fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, alega a parte recorrente violação dos artigos 23, inciso II, e 25 do CP. Sustenta a absolvição sumária do agravante, uma vez que restou comprovado que agiu em legítima defesa.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 158), o Tribunal *a quo* não admitiu o recurso especial (e-STJ fls. 160/162), tendo o Ministério Público Federal opinado pelo não conhecimento do agravo (e-STJ fls. 196/197).

É o relatório. **Decido.**

Preenchidos os requisitos formais e impugnado o fundamento

da decisão agravada, conhecimento do agravo.

O recurso não merece acolhida.

Dispõe o artigo 413 do Código Processual Penal que o juiz, *fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, ficando tal fundamentação limitada à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.*

A pronúncia encerra simples juízo de admissibilidade da acusação, exigindo o ordenamento jurídico somente o exame da ocorrência do crime e de indícios de sua autoria, não se demandando aqueles requisitos de certeza necessários à prolação da sentença condenatória, sendo que as dúvidas, nessa fase processual, resolvem-se *pro societate*.

Assim, para a admissão da denúncia, há que se sopesar as provas, indicando os indícios da autoria e da materialidade do crime, bem como apontar os elementos em que se funda para admitir as qualificadoras porventura capituladas na inicial, dando os motivos do convencimento, sob pena de nulidade da decisão, por ausência de fundamentação.

Entretanto, a análise da alegada atuação em legítima defesa, **quando a causa excludente de ilicitude não seja flagrante**, é matéria inerente ao próprio mérito da acusação, razão pela qual deve ser atribuída ao Tribunal do Júri, juiz natural da causa.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E PORTE ILEGAL DE ARMA. PRONÚNCIA. EXCLUDENTE DE ILICITUDE. LEGÍTIMA DEFESA. NECESSIDADE DE ANÁLISE APROFUNDADA DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE SENTENÇA. COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE.

1. A decisão de pronúncia encerra simples juízo de admissibilidade da acusação, exigindo o ordenamento jurídico somente o exame da ocorrência do crime e de indícios de sua autoria, não se demandando aqueles requisitos de certeza necessários à prolação de um édito condenatório, sendo que as dúvidas, nessa fase processual, resolvem-se contra o réu e a favor da sociedade. É o mandamento do artigo 413 do Código Processual Penal.

2. O exame da insurgência, no que tange à alegada ocorrência da excludente de ilicitude, demanda aprofundado revolvimento do conjunto probatório, vedado na via estreita do mandamus.

3. Tendo a decisão impugnada asseverado que, na espécie, não há um conjunto harmônico de provas aptas para se concluir que o recorrente agiu em legítima defesa, não se evidencia o alegado constrangimento ilegal suportado em decorrência da pronúncia.

[...]

4. Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. (RHC 63.880/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 09/03/2016).

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCLUDENTE DE ILICITUDE. RECONHECIMENTO DE LEGÍTIMA DEFESA. AUSÊNCIA DE PROVA INCONTESTÁVEL. IN DUBIO PRO SOCIETATE. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO PROBATÓRIO. VEDAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. DESCABIMENTO. PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. EXISTÊNCIA DE SUPORTE PROBATÓRIO MÍNIMO. PRECEDENTES. PRETENSÃO RECURSAL. SÚMULA 7/STJ. INEXISTÊNCIA DE ARGUMENTOS APTOS A ENSEJAR A REFORMA DA DECISÃO.

1. A pronúncia é decisão interlocutória mista em que o magistrado declara a viabilidade da acusação por duplo fundamento, ou seja, por se convencer da existência de um crime e da presença de indícios de que o réu possa ser o autor (art. 413 do CPP).

2. Adverte a jurisprudência desta Corte que, em casos duvidosos e controvertidos, hipótese dos autos, deve a alegação de legítima defesa ser submetida à apreciação do Tribunal do Júri, juízo

natural constitucionalmente instituído para julgar os crimes dolosos contra a vida, em que as provas, inclusive as testemunhais, serão analisadas com maior amplitude e liberdade, devido à aplicação, na fase do judicium accusationis, do princípio in dubio pro societate.

[...]

5. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

6. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 316.069/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 25/09/2014)

Com efeito, o Tribunal local, soberano na análise do conjunto fático-probatório, confirmando a sentença de pronúncia, concluiu que a legítima defesa não pode ser conhecida de plano. Abaixo, trecho do acórdão recorrido (e-STJ fls. 133/140):

No mérito, a Defesa persegue a absolvição do recorrente, sob o argumento de que este ocasionou as lesões na pessoa da vítima amparado por legítima defesa, eis que a "vítima, incomodada pela cobrança da conta pelos produtos consumidos no estabelecimento do réu, tentou vingar-se, só que não contava com a disposição do recorrente em defender-se da agressão injusta que receberia" (fl. 106).

Forte em tais argumentos, a Defesa pleiteia a cassação da decisão de pronúncia, a fim de que o recorrente seja absolvido da imputação criminosa contra o qual lhe recai.

Pois bem. Antes de adentrar no mérito do recurso, cumpre esclarecer que, na decisão de pronúncia, é vedada ao juiz a análise aprofundada do mérito da questão, tendo em vista ser atribuição dos integrantes do Conselho de Sentença do Tribunal do Júri julgar os crimes dolosos contra a vida, por força de preceito constitucional.

De fato, exige-se, do Juízo a quo, tão somente, convincentes indícios de autoria e a prova de materialidade do delito, cabendo aos jurados decidir, em definitivo, após a apreciação das teses da Acusação e da Defesa, pela condenação ou absolvição do réu.

[...]

Feita essa digressão, cumpre assentar que, havendo provas,

ainda que mínimas, que alicercem a decisão de pronúncia por ora combatida, esta se impõe. Fixadas tais premissas, resta pontuar que não assiste razão à Defesa.

Com efeito, a pronúncia foi devidamente fundamentada, sem restar vulnerado qualquer comando constitucional. Do seu teor, constam expressos apontamentos de provas colhidas no caderno processual. A admissibilidade da causa foi diretamente relacionada a essas mesmas provas, tidas como suficientes para a remessa da causa ao Tribunal do Júri.

A materialidade do fato - que não foi objeto de impugnação pelo recorrente - resta sobejamente comprovada pelo laudo de exame cadavérico acostado às fls. 20/21 dos autos, bem assim pelos depoimentos colhidos ao longo da instrução e pelo próprio interrogatório do recorrente.

No que concerne à autoria dos fatos, igualmente não há discussão. Vale dizer, tanto a Acusação quanto a Defesa concordam que foi o recorrente o autor das condutas que ocasionaram as lesões, consequentes dos diversos disparos de arma de fogo e golpes de arma branca, na pessoa da vítima Elinaldo Alves de Lima. Não poderia ser diferente, uma vez que os elementos probatórios carreados aos autos apontam, estreme de dúvidas, para essa conclusão.

Quanto às provas testemunhais que arrimam o presente caderno processual, há igualmente, depoimentos e declarações, principalmente na fase inquisitorial, no sentido de apontar a pessoa do recorrente como aquele que, após uma discussão com a pessoa da vítima - motivada pela recusa da vítima de pagar a conta no bar de propriedade do recorrente -, armou-se com um revólver e disparou 04 (quatro) tiros contra ela, que, após, ainda recebeu golpes de arma branca.

Quanto ao fato de o recorrente ter desferido atirado contra a vítima e ainda desferido golpes de faca contra a vítima, nem o recorrente nem o órgão acusatório discordam. Acusação e Defesa Técnica concordam com tal narrativa. Todavia, a Defesa do recorrente, amparada em seu interrogatório judicial, alega que este buscou apenas se defender, não tendo o propósito de matar a vítima.

Todavia, a prova técnica pericial realizada o corpo da vítima conclui, categoricamente, que a vítima faleceu em virtude de hemorragia produzida por ação de instrumento perfuro-cortante e perfuro-contundente" (vide fl. 21).

Ou seja, o laudo de exame cadavérico confirma que a vítima, para além de ter sido alvo de disparos de arma de fogo, ainda recebeu golpes de faca, os quais, em conjunto, ocasionaram a sua morte.

Com efeito, os depoimentos lançados na fase investigativa policial são categóricos ao afirmar que o recorrente, após acertar a vítima com os tiros de revólver, ainda seguiu em seu encalço, alcançando-a já caída ao solo, e, ainda assim, prosseguiu com as lesões, dessa vez, mediante a utilização de uma faca.

Com efeito, Maricélia da Silva Perete, presente no bar exatamente quando o recorrente efetuou os disparos de revólver, narrou a dinâmica dos fatos da seguinte forma, verbis:

"[...]Que no domingo, dia 20, por volta das 18h, presenciei o assassinato de um rapaz conhecido por "BO"; o autor do crime foi Edmar, primeiramente deu vários tiros e depois usou uma faca para terminar o delito; que a vítima estava acompanhada de um amigo no bar do Edmar, beberam e não quiseram pagar a conta, foi quando o dono, do estabelecimento discutiu com ele, mas a vítima disse que ia para casa e voltaria logo, trinta minutos se passaram, BO e o colega retornaram, entraram por portas diferentes, o dono do estabelecimento, percebendo, pegou um revólver e aturou várias vezes no BO, ciente que estava ferido saiu andando e caiu na frente do bar do vizinho, foi quando o agressor se aproximou e terminou de matá-lo, dando-lhe uma facada, essa última cena eu não vi, soube através de comentários por que na hora dos tiros fiquei nervosa e permaneci dentro do bar; [...]"

Nesse exato sentido, foi, também, o depoimento de João Leandro da Silva, amigo da vítima e testemunha ocular dos fatos:

"[...] Que no domingo, dia 20, por volta das 18h, encontrei meu colega Elinaldo Alves de Mila, vulgo "Bo", bêbado no bar da Nicinha, tomamos duas cervejas aí ele chamou para dar umas voltas, quando passamos pela rua da gandaia, meu colega falou que ia pegar uma meiotá no bar do Edima, ele ia entrando numa porta e eu na outra, nisso ouvi o barulho de um disparo de arma de fogo em direção ao BO, pedi que fugisse, então corri com medo dos tiros e só fui parar em casa; que, Bó ferido, correu e caiu na frente do bar do "Nego Nil", até aí presenciei, o resto do acontecimento soube através de comentários, principalmente a parte referente às facadas recebidas no pescoço e nas costas; disseram que, depois dos tiros dados pelo agressor, ele pegou uma faca e terminou de matar a vítima; [...]"

Em juízo, Maricélia foi ouvida novamente. Embora seu depoimento não seja idêntico ao prestado na fase policial, dizendo, daquela vez, que teve a impressão de que a vítima estivesse segurando alguma coisa no seu bolso. Assim, confirmou que o recorrente virou-se para a vítima e atirou contra ela mais de uma vez e que, quando saiu da cozinha, viu a vítima morta, enquanto o recorrente não mais estava no local. (fl. 62).

Por outro lado, foi ouvido Jediael Lima da Silva, que disse que a vítima estava na companhia de outras pessoas, arquitetando um suposto ataque ao recorrente, quando a vítima ingressou no bar com uma faca em punho e que só escutou os disparos de arma de fogo. (fl. 65). No mesmo sentido, o depoimento de José Carlos da Silva, que gizou que "um dos indivíduos estava com uma faca na mão; que, logo em seguida,, eu ouvi a zoadada de dois tiros dentro do bar" (fl. 66).

O recorrente, em sua autodefesa judicial, alegou que:

"[...] que a vítima ficou dizendo 'eu volto já para lhe pagar véio'; que o rapa coco não me agrediu; que a vítima foi embora e voltou depois de uns trinta minutos, com o rapa coco; que a vítima entrou por uma porta e o rapa coco por outra; que eu vi que a vítima estava com uma faca na mão e veio para cima de mim; que quando eu vi a vítima com uma faca na mão, peguei um revólver que estava embaixo do balcão e dei uns quatro tiros nele; que o rapa coco correu; que a vítima não desistiu e veio para cima de mim com a faca na mão; que eu não dei nenhuma facada na vítima, mas se a vítima foi esfaqueada, foi no momento em que segurei a vítima, que estava querendo me esfaquear; que a vítima ficou caída ao chão e eu fui embora; [...]"

Ora, não obstante os esforços do recorrente em tentar convencer de que, de fato, agiu amparado pela causa justificante do crime, a legítima defesa não restou comprovada de forma inequívoca. Frise-se, no próprio interrogatório judicial do recorrente, ele admite ter disparado não menos que 04 (quatro) tiros contra a pessoa da vítima. Nesse aspecto, não resta provado de modo indubitado que, mesmo ferida de arma de fogo, a vítima tenha permanecido com uma faca em punho, tentando investir contra a integridade física do recorrente, obrigando-o a continuar a agredi-la com golpes de faca.

Ainda acerca dos golpes de faca realizados na vítima, a prova técnica pericial, consubstanciada no laudo de exame cadavérico, conclui, categoricamente, que a causa da morte foi provocada por ambos os instrumentos (tiros de revólver e golpes de faca), prova esta não impugnada pela Defesa Técnica.

Para além, tal prova, realizada e subscrita por dois médicos legistas, corrobora meu entendimento no sentido de que, ao menos nesta etapa, não há como absolver o recorrente, acolhendo a tese de que ele agira amparado pela legítima defesa e, portanto, excluir a tese encampada pelo Órgão de acusação, que defende que o ora recorrente praticou o delito de homicídio.

As provas que guarnecem o presente caderno processual não autorizam, por imperativo da lei, o reconhecimento de legítima defesa, ao menos neste momento processual, em que se julga,

tão só, a (in)admissibilidade da acusação que recai sobre o recorrente. Não há, aqui, um juízo seguro, no sentido de que o recorrente foi vítima das investidas de Elinaldo Alves de Lima, tampouco prova que agira dentro dos limites e margens de moderação da causa excludente da ilicitude, a permitir a sua absolvição sumária.

Não se está, aqui, a negar que o recorrente tenha agido amparado pelo instituto. Todavia, não se pode, por outro lado, afirmar com precisão a incidência da referida excludente, a ponto de absolvê-lo de logo, ou afastar, de qualquer modo o seu julgamento pelo Tribunal do Júri, órgão competente para a apreciação definitiva da causa.

É que, imperioso que se consigne, não há prova cabal de injusta agressão, muito menos de eleição de meios moderados para repeli-la.

Em outras palavras, inexistente juízo certo de que o recorrente dispôs, moderadamente, do meio necessário para repelir injusta agressão; tampouco de que o revólver utilizado primeiramente era o único meio idôneo para a sua Defesa, e, mesmo, as circunstâncias em que a vítima foi ferida, posteriormente aos tiros, com uma faca.

Assim, não comprovados os requisitos para a configuração da legítima defesa, agiu bem o magistrado sentenciante ao pronunciar o recorrente a fim de submetê-lo a julgamento popular.

[...]

Destarte, desconstituir o julgado demandaria, invariavelmente, nova e demorada incursão no acervo probatório, providência incabível em sede de recurso especial, ante o óbice contido na Súmula n. 7/STJ. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. PRONÚNCIA. LEGÍTIMA DEFESA. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182/STJ. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

- 1. É inviável o agravo que deixa de impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Súmula 182/STJ.*
- 2. Ademais, no caso concreto, o Tribunal de origem, soberano na análise do conjunto fático-probatório, manteve a sentença de pronúncia dos acusados, ao argumento de que não há prova incontroversa da excludente de legítima defesa, sendo inviável, portanto, a absolvição sumária pretendida. Afirmou, ainda, a*

existência de indícios suficientes de autoria. Desconstituir o julgado, para acolher a tese de legítima defesa é inviável na via eleita, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

3. *Agravo regimental desprovido.* (AgRg no AREsp 351.781/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 12/08/2015).

PENAL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. HOMICÍDIO. PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE CRIME IMPOSSÍVEL. AUSÊNCIA DE ANIMUS NECANDI. AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA E LEGÍTIMA DEFESA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Alterar o entendimento firmado pelo Tribunal de origem sobre a existência de animus necandi na conduta, ocorrência de legítima defesa e presença de qualificadora do homicídio reconhecida na pronúncia demandaria necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado em recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte, in verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial." 2. Modificar a conclusão a que chegou a instância a quo acerca da tese de crime impossível implicaria também revolvimento do contexto fático-probatório dos presentes autos, atraindo a proibição contida no verbete n. 7 do STJ.

3. *Agravo regimental desprovido.* (AgRg no AREsp 589.412/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe 02/02/2015).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO. PRETENSÃO PELA LEGÍTIMA DEFESA. AUSÊNCIA DE PROVA INCONTROVERSA. CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. EXCESSO DE LINGUAGEM. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. SÚMULA 83/STJ.

1. Tendo o magistrado encontrado indícios de autoria para pronunciar o recorrente, o pleito de absolvição sumária, pela suposta ocorrência de legítima defesa, encontra o óbice da Súmula 7/STJ.

2. *Agravo regimental improvido.* (AgRg no AREsp

523.178/BA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR,
SEXTA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 25/09/2014).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea "a", parte final do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

